



A ABORDAGEM IMUNITÁRIA DE ROBERTO ESPOSITO: BIOPOLÍTICA E MEDICALIZAÇÃO

THE APPROACH OF ROBERTO ESPOSITO'S IMMUNITY PARADIGM: BIOPOLITICS AND MEDICALIZATION

EL ENFOQUE INMUNITARIO DE ROBERTO ESPOSITO: LA BIOPOLÍTICA Y LA MEDICALIZACIÓN

Marcos Nalli¹

Resumo:

O objeto do presente artigo é fornecer uma breve apresentação da filosofia de Esposito acerca da biopolítica à luz de suas considerações sobre a pertinência hermenêutica do “paradigma da imunização”, para seu entendimento bem com suas implicações na medicalização da vida. Terminamos por apresentar de modo sumário como o filósofo italiano crê ser possível conceber a biopolítica numa outra estrutura semântica, que tem a vida não mais como objeto de política e sim como realização da potência inovadora da vida.

Palavras-chave: Esposito. Biopolítica. Comunidade. Imunidade. Medicalização. Vida.

Abstract:

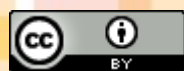
The purpose of this article is to provide a brief presentation of the philosophy of Esposito on biopolitics in light of his considerations on the relevance of hermeneutics "paradigm of immunization", for their understanding and their implications in the medicalization of life. We end by presenting a summary of how the Italian philosopher believes it is possible to conceive biopolitics in another semantic structure, which has life not as an object of politics but as realization of the innovative power of life.

Keywords: Esposito. Biopolitics. Community. Immunity. Medicalization. Life.

Resumen:

El objetivo de este artículo es ofrecer una breve presentación de la filosofía de Esposito sobre biopolítica en vista de su examen de la pertinencia de la hermenéutica "paradigma de la inmunización", para su comprensión y sus implicaciones en la medicalización. Finalizamos por presentar un resumen de cómo

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Pós-Doutorado no Centre de Recherche Historique École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França. Professor do Departamento de Filosofia e do Mestrado em Filosofia da Universidade Estadual de Londrina, UEL, Londrina, PR, Brasil. E-mail: marcosnalli@yahoo.com



el filósofo italiano cree que es posible concebir la biopolítica en otra estructura semántica, que tiene la vida no como un objeto de la política, sino como realización del poder innovador de la vida.

Palabras clave: Esposito. Biopolítica. Comunidad. Inmunidad. Medicalización. Vida.

Atualmente, pode-se sustentar que há duas leituras majoritárias sobre Michel Foucault. Uma de caráter mais histórico-filosófico e outra de caráter mais polemizante. Pela primeira entendemos a leitura feita por comentadores do filósofo francês, que buscam compreender os meandros de seu pensamento, sua prolífica provocação conceitual, sua singularidade e originalidade argumentativa, seja no todo ou em partes de sua obra filosófica. Nesta perspectiva, parece haver uma tendência atual dentre seus comentadores em fornecer interpretações consistentes sobre a fase final de sua produção teórica, aquela de natureza mais ética e, de um ponto de vista “estilístico”, mais próximo da argumentação filosófica, principalmente à luz de seus cursos no *Collège de France*. Por outro lado, também se percebe no cenário internacional outro gênero de leitura, que aqui chamamos de “polemizante”, que tem por fim se valer de algumas categorias conceituais, de algumas abordagens, de algumas sugestões e provocações de Foucault acerca de alguns temas – que certamente transcendem a alcunha de temas foucaultianos. Aí, percebe-se que o foco é direcionado para um conjunto de textos de Foucault diverso daquele que parece ter se tornado prioritário aos comentadores. O foco recai principalmente sobre os textos em torno do ano de 1976, tendo como texto nuclear a última aula do curso daquele ano, *Il faut défendre la société*, que Foucault ensaia uma análise do fenômeno totalitário, particularmente o nazista, no qual política e biologia se confundem de modo extremo. Essas leituras focadas na provocação interpretativa de Foucault podem ser tomadas como polemizantes, pois não têm como escopo analisar a perspectiva foucaultiana, mas aceitá-la em seu tom instigante e provocativo e, assim, buscam fornecer suas próprias leituras sobre o conjunto de fenômenos políticos que pode ser articulado em torno do binômio “política-biologia” e que não pode ser facilmente explicável à luz da filosofia política “clássica”. Essas leituras aceitam repensar a política a partir da perspectiva da biopolítica.²

Nessa perspectiva de leitura biopolítica, após Foucault, vários são os autores relevantes, mas certamente são os autores italianos que mais têm se destacado. E

² Obviamente, não se trata de afirmar que há apenas essas duas perspectivas. Aqui, o objetivo foi apenas demarcar aquelas que parecem ser as duas abordagens majoritárias.

um desses mais expressivos, prolíficos e pertinentes é Roberto Esposito. Sua contribuição à tematização biopolítica pode ser inicialmente colocada a partir de duas perspectivas não conflitantes: primeiramente sua posição diante de dois outros filósofos italianos que também investiram suas reflexões na mesma perspectiva geral, mas cujos posicionamentos podem ser vistos como polarizações antagônicas, isto é, uma perspectiva positiva da biopolítica, expressa pelas reflexões de Toni Negri – exemplificadas por textos como *Impero* (2001) e *Moltitudine* (2004) – e outra abordagem negativa, com Giorgio Agamben – que pode ser tomada a partir de *Homo Sacer* (1995), *Quel che resta di Auschwitz* (1998) e *Stato di Eccezione* (2004). A contribuição de Esposito seria, assim, em linhas gerais, uma espécie de mediania aristotélica a esses dois polos, nem extremamente positiva e nem extremamente negativa (CAMPBELL, 2008, p. 12). Outro ponto de partida consiste em perceber quais os seus textos importantes para esta discussão; e assim tem-se um conjunto de textos, livros, artigos, capítulos em coletâneas, que pode ser resumido a uma trilogia: *Communitas: Origine e destino della comunità* (1998), *Immunitas: Protezione e negazione della vita* (2002) e *Bíos: Biopolítica e filosofia* (2004); ou talvez até uma tetralogia (pelo menos até o presente momento), se incluirmos aí também *Terza persona: Politica della vita e filosofia dell'impersonale* (2007). É a partir dessa trilogia, ou tetralogia, que se pode captar a essência da contribuição de Esposito ao debate em torno da biopolítica.

No entanto, para bem se entender sua contribuição, é preciso salientar desde o começo como é que Esposito visualiza o debate. Para ele, o que está em discussão de modo premente é entender aquilo que ele chamou de “o enigma da biopolítica”, a saber, como a biopolítica – que se caracteriza por um conjunto de ações e estratégias políticas que tem por objetivo a promoção e proteção da vida e da subjetividade – pode decair numa tanatopolítica (ESPOSITO, 2004 p. 34; 2010, p. 65), isto é, na adoção de medidas que dessubjetivam e suprimem formas de vida tomadas como dispensáveis, deletérias e perigosas à comunidade. Como ele diz expressamente:

Qual o *efeito* da biopolítica? Chegado a este ponto a resposta do autor [isto é, Foucault] parece bifurcar-se em direções divergentes que levam em conta outras duas noções, desde o início implicadas no conceito de *bíos*, mas situada nos extremos de sua extensão semântica: aquela de subjetivação e aquela de morte. Ambas – no que diz respeito à vida – constituem mais do que duas possibilidades. São ao mesmo tempo sua

forma e seu fundo, sua origem e seu destino. Mas em cada caso, segundo uma divergência que parece não admitir mediação: ou uma ou outra. Ou a biopolítica produz subjetividade ou produz morte. Ou torna sujeito o próprio objeto ou o objetiva definitivamente. Ou é política da vida ou sobre a vida (ESPOSITO, 2004, p. 25; 2010, p. 54s).

Para dar conta de refletir, e assim resolver o enigma da biopolítica, Esposito formula o que chamou de “paradigma imunitário” pelo qual, semelhante à dinâmica do sistema imunológico de um organismo, a imunização política é uma “proteção negativa da vida” (ESPOSITO, 2004, p. XIII; 2010, p. 24). A resolução da natureza paradoxal da biopolítica reside justamente em estabelecer uma relação de imanência entre uma e outra.

Ora, a vantagem hermenêutica do modelo imunitário está precisamente na circunstância que estas duas modalidades, estes dois efeitos de sentido – positivo e negativo, conservador e destrutivo – encontram finalmente uma articulação interna, uma conexão semântica, que o dispõe em uma relação causal, ainda que seja de tipo negativo. Isto significa que a negação não é a forma da sujeição violenta que de fora o poder impõe à vida, mas o modo intrinsecamente antinômico em que a vida se conserva através do poder. Deste ponto de vista, pode-se muito bem dizer que a imunização é uma *proteção negativa* da vida (ESPOSITO, 2004, p. 42; 2010, p. 74).

Ao ajuizar que a abordagem foucaultiana da biopolítica falha conceitualmente por não ser capaz de esclarecer o paradoxo em que a biopolítica incorre, a estratégia de resolução elaborada por Esposito consiste em realçar a relação de imanência que existe entre vida e poder, e entre vida e norma, a partir do conceito de “imunidade”; e isto fica ainda mais patente pois, pela categoria de “imunização”, pode-se articular aqueles dois efeitos de sentido, aparentemente antinômicos, entre o poder de conservar a vida e o de poder destruí-la. Na verdade, esta articulação fica ainda mais patente na medida em que se esclarece o próprio modo de funcionamento da imunização, da “autoconservação imunitária” (ESPOSITO, 2004, p. 43; 2010, p. 76), pelo qual se pode entender definitivamente o sentido de sua afirmação de que a imunização é uma proteção negativa da vida: todo o empenho de Esposito consiste em demonstrar como, símile ao sistema imunológico de um organismo, as sociedades reguladas pelo paradigma imunitário podem se valer de elementos e fatores encarados como perniciosos, comprometedores da vida, fatores etiológicos, carreadores de morte e dessubjetivação, para assegurar alguma proteção da vida coletiva, comunitária.

O primeiro passo para se entender o funcionamento geral do sistema imunitário é fornecido por Esposito pela articulação de dois livros anteriores a *Bíos*, isto é, *Communitas* (1998) e *Immunitas* (2002). Em *Communitas*, Esposito identifica o grande problema niilista da comunidade, a partir da análise etimológica do conceito de “comunidade”, demonstrando que seu sustentáculo reside na obrigatoriedade, no dever de dar, assinalado pelo termo latino *munus* (em oposição a aquele de *dom*, caracterizado pela espontaneidade e gratuidade do presente, ou da dádiva, assinalada em ensaios do antropólogo Marcel Mauss ou do linguista Émile Beveniste), acirrado com a reciprocidade da obrigatoriedade. O *munus*, pois, na análise de Esposito, “Não implica de modo algum a estabilidade da posse [...] senão perda, subtração, cessão: é uma ‘prenda’, ou um ‘tributo’, que se paga obrigatoriamente. O *munus* é a obrigação que se contraiu com o outro, e requer uma adequada desobrigação” (ESPOSITO, 2007, p. 28). Por esse motivo, Esposito sustenta a tese que o núcleo fundamental de toda a vida e organização da comunidade é uma impropriedade: não há, na comunidade, uma comunhão por identificação; os indivíduos não se reconhecem aí como semelhantes, mas como coobrigados ao ônus do tributo devido, numa cumplicidade pela ausência, pela irrealização do próprio do sujeito e do indivíduo. Por essa razão, há uma estreita vinculação entre comunidade e o nada, ou dito ainda de outro modo, a comunidade tem uma intrigante natureza niilista, pela qual se impede a realização plena dos indivíduos, de seus partícipes em sujeitos. Nesse sentido, a comunidade nutre-se e se mantém com base num complexo processo de dessubjetivação do homem.

Obviamente, tal tese é no mínimo surpreendente, posto que em linhas gerais a comunidade é vista como uma espécie de “porto seguro”, que garante a todos os indivíduos a possibilidade de ter a sua subjetividade assegurada e protegida. No entanto, partindo da análise filológico-semântica empreendida por Esposito, e tendo como resultado a explicitação da reciprocidade da obrigação tributária, a estrutura da comunidade desde seus fundamentos acaba por revelar uma faceta bem diversa, ao mesmo tempo em que bem incômoda, uma vez que com ela, Esposito evidencia a natureza niilista da comunidade. A comunidade é uma invenção tecnológica que tem por finalidade primeira proteger os indivíduos que abriga de toda e qualquer ameaça, real ou provável, que se pode lançar contra eles. Certamente, a função política da comunidade – o conceito aristotélico de cidade já o evidencia – é o de promover e garantir a felicidade dos indivíduos e do homem, transformando-o em

bios politikos, mas sob o preço de lhes exigir como tributo que parte fundamental de sua essência, a saber, sua potência subjetiva de agir, seja devota ao bem comum. Daí a natureza niilista desse modelo *koinocêntrico* (ESPOSITO, 2008, p. 96): a partir da possibilidade justificada, ou melhor, legitimada, não apenas da submissão do indivíduo, mas inclusive de sua supressão em nome do bem comum, as estratégias comunitárias podem perfeitamente assumir a forma legitimada de práticas variadas de violência contra todos os possíveis inimigos de seu princípio comunal (ESPOSITO, 2007, p. 33).

Ora, mas interpretar a comunidade nesses termos não apenas evidencia a sua natureza niilista, já revela também seus traços imunitários, já previstos desde *Communitas* (ESPOSITO, 2007, p. 30), como forma de desobrigação tributária, símile àquela interpretação de Alain Brossat (2003, p. 26-29) da máxima latina *noli me tangere* em termos de contraposição entre intangíveis e intocáveis. O que de qualquer modo não invalida sua análise, posto que a contraposição entre comunidade e imunidade, no entender de Esposito, reside não entre os dois termos e sim entre imunidade e a reciprocidade da obrigação tributária, que deve ser quebrada (ESPOSITO, 2009, p. 15). O que, nesse sentido, ainda que paradoxalmente, a própria comunidade exige, mesmo que a reciprocidade seja instituída desde seus preceitos fundamentais, pois é o modo pelo qual ela também se justifica.

A função maior do sistema imunitário é, assim, interrompendo o sistema de reciprocidade, impedir ou ao menos neutralizar o risco da deflagração niilista a que a comunidade está sujeita; e, assim, a função do sistema imunitário é proteger a comunidade de si mesma. Para isso, o sistema imunitário pressupõe o negativo, aquilo que deve ser combatido como uma presença constante. É nesse contexto de sentido que se justifica a interpretação espositiana dos perigos que acometem uma comunidade – modelo semântico de base para se pensar todas as organizações sócio-políticas, desde as mais simples até as mais complexas, típicas de nossa modernidade – como doenças, infecções, e o seu risco em termos de contágio; ou quando se constata o próprio perigo que pode irromper da comunidade, de doença autoimune. Contudo, por outro lado, para além do aspecto metafórico, há a sua pregnância hermenêutica que possibilita compreender de modo mais contundente a própria ambiguidade das estratégias biopolíticas – que Esposito definiu como seu enigma – na medida em que com o paradigma da imunização Esposito explicita o

modo próprio de funcionamento da proteção por imunização, a saber, de que ela se vale daqueles elementos negativos, potencialmente desagregadores da vida comunal, para se proteger deles na iminência de sua intensificação, evitando assim os riscos de desagregação, de dessubjetivação e de morte, que em última instância são produzidos pela própria comunidade:

Isto que vai imunizada, em suma, é a comunidade mesma em uma forma que juntamente a conserva e a nega – ou melhor, a conserva através da negação de seu originário horizonte de sentido. Deste ponto de vista se poderia chegar a dizer que a imunização, mais que um aparato defensivo sobreposto à comunidade, está em sua engrenagem interna. [...] Para sobreviver, a comunidade, cada comunidade, é constrangida a introjetar a modalidade negativa do próprio oposto; ainda que tal oposto permaneça um modo de ser, na verdade privativo e contrastante, da comunidade mesma (ESPOSITO, 2004, p. 48-49; 2010, p. 82).

Desse modo, portanto, Esposito equaciona e explicita como, ao menos a partir da modernidade, a comunidade apresenta implicações e desdobramentos totalitários e violentos, uma vez que ao buscar preventivamente se proteger de todos os riscos, possíveis e prováveis, ela tende a desarticular os indivíduos de sua potência criativo-afirmativa, de sua força subjetivadora. A imunização, cujo fim é de proteger a comunidade, acaba por acirrar ainda mais a tendência expropriativa de toda forma de vida conflitante e refratária aos padrões *koinomônicos*. Uma vida, uma subjetividade extrínseca às normas comunais, não é uma vida a ser protegida, mas uma vida a ser suprimida por ser um potencial perigo à comunidade em sua totalidade: É pela simples possibilidade de se configurar como perigo em potencial que ela deve ser ao menos isolada e excluída. E isso se faz patente justamente quando a vida é apropriada como objeto político, por isso, reduzida a um estado de absoluta imediaticidade, desnudada de toda e qualquer forma, estando assim totalmente entregue a toda espécie de intervenção política: “para relacionar-se com a vida, a política pareceria ter que privá-la de toda dimensão qualitativa, tornando-a ‘só vida’, ‘pura vida’, ‘vida desnuda’” (ESPOSITO, 2009, p. 25s); ou como dirá ainda no mesmo texto:

Resulta até demasiado evidente que a política entra de pleno direito no paradigma imunitário quando toma a vida como conteúdo direto de sua própria atividade. O que falta, neste caso, é toda mediação formal: objeto da política não é já uma “forma de vida” qualquer, um modo de ser específico seu, senão a vida mesma: toda a vida e só a vida, em sua simples realidade biológica. Que se trate da vida do indivíduo ou da vida da espécie, a política

tem de por a salvo a vida mesma, imunizando-a dos riscos que a ameaçam de extinção (ESPOSITO, 2009, p. 160).

E o ponto de contato entre as duas acepções gerais de vida – a individual e a coletiva, a do sujeito e a da espécie – é justamente o corpo, seja sob a possibilidade inevitável da morte, mas ainda de modo mais contundente a enfermidade, como índice e como condição preparatória ou deflagradora da morte. Nesse sentido, é preciso perceber que não se trata apenas de uma mera contraposição entre o biológico, o biomédico, e o político, mediante uma transposição metafórica. Trata-se de perceber como o corpo, o corpo vivo, é a um só tempo “alvo” de intervenção médica e de intervenção política: é no corpo que política e biologia se cruzam e se mesclam tornando-se um só. A metáfora imunitária de proteção do corpo político diante dos riscos e ameaças – como demonstra Esposito – tem que ser compreendida inicialmente da política para a patologia e só depois, numa espécie de movimento de retroalimentação, da patologia para a política: a tese da defesa do organismo diante dos perigos de contaminação adotada pela patologia é antes a metáfora política da proteção e fortificação das cidades contra as ameaças externas. Nesse sentido, se é possível articular, hoje, a temática da medicalização da sociedade e da vida das pessoas é por que antes o entendimento mesmo do organismo e da saúde dos indivíduos e toda forma de terapêutica já assumiram, ainda que por metáfora, uma postura beligerante e, por conseguinte, política; ou como diz Canguilhem, citado por Esposito, “uma teoria biológica é dominada por uma filosofia política” (CANGUILHEM, 1971, *apud* ESPOSITO, 2009, p. 185).³

Tal passagem, Canguilhem a reporta a Haeckel, discípulo de Virchow, a quem Esposito por sua vez imputa o crédito de ter sido o primeiro a se valer da metáfora político-organicista para explicar o funcionamento do organismo e das células: para

³ Em uma passagem célebre de seu artigo publicado originalmente em 1978, “É possível uma pedagogia da cura?”, Canguilhem (2002, p. 73-75; 2005, p. 52-53) é ainda mais enfático sobre o sentido bélico da metáfora da cura: “É bastante conhecido, por meio da etimologia, que curar é proteger, defender, munir, quase militarmente, contra uma agressão ou uma sedição. A imagem do organismo aqui presente é a de uma cidade ameaçada por um inimigo exterior ou interior. Curar é conservar, abrigar. Isso foi pensado muito antes que alguns conceitos da fisiologia contemporânea, como os de agressão, *stress*, defesa, entrassem no domínio da medicina e de suas ideologias. E a assimilação da cura a uma resposta ofensiva-defensiva é tão profunda e originária que ela penetrou no próprio conceito de doença, considerada como reação de oposição a uma efração ou a uma desordem. Essa foi a razão pela qual, em alguns casos, a intenção terapêutica pôde respeitar provisoriamente o mal do qual o doente esperava que o tomassem de imediato como alvo. [...] Disso decorre a tendência geral e constante de conceber a cura como final de uma perturbação e retorno à ordem anterior [...] Nesse sentido, cura implica reversibilidade dos fenômenos cuja sucessão constituía a doença”.

o patologista alemão e notório opositor ferrenho de Bismarck o indivíduo é uma espécie e instituição social na qual e pela qual suas partes são interdependentes ao mesmo tempo em que desenvolvem atividades específicas, derivadas de si mesmas, conforme célebre passagem de sua *Cellularpathologie* (1858). Esposito interpreta os termos da metáfora de Virchow como uma inversão tanto das teorias biológicas vigentes quanto do despotismo de Bismarck, isto é, a vida se articula com o corpo do organismo, não por que forma um todo único e que se irradia para seus limites a partir de um centro, mas por que o corpo forma uma “unidade comunitária”, ou uma “disposição federativa” (estas expressões são do próprio Virchow), ou ainda nos termos mesmos de Esposito (2009, p. 188), “uma comunidade aberta à diferença constitutiva de seus membros”; o que é, na biologia e na política, pensar a relação entre comunidade e indivíduos de tal modo que já se vislumbra aí possibilidade de uma afirmação biopolítica da vida comunal e individual com vistas a superar as limitações desagregadoras da comunidade e dessubjetivadoras do indivíduo.

Entretanto, o que aí poderia ser visto com um forte indício da superação do modelo soberano pelo biopolítico, deve ser encarado como uma remodelação do princípio de soberania à luz do paradigma imunitário (ESPOSITO, 2004, p. 54 e 58; 2010, p. 89 e 92); mais ainda, a ideia mesma de comunidade como unidade federativa foi recapturada numa estratégia imunitária: “para tornar-se objeto de ‘cuidado’ político, a vida deve ser separada e encerrada em espaços de progressiva dessocialização que a imunizem de toda deriva comunitária” (ESPOSITO, 2009, p. 199; cf. ESPOSITO, 2004, p. 59; 2010, p. 94); bem como, em nome da segurança é a proteção imunitária que acaba por produzir o risco do qual pretende defender a comunidade e a vida, debilitando-os e os mantendo a deriva dos riscos possíveis, principalmente nos tempos atuais em que a intervenção biológica e médica já atingem o corpo humano em suas estruturas fundamentais, isto é, em seu código genético, e sobre suas implicações para uma perspectiva determinista do indivíduo e de sua liberdade, reduzida “a instrumento de conservação da vida intensa como a propriedade inalienável que cada um tem de si mesmo” (ESPOSITO, 2004, p. 73; 2010, p. 110). Elementos que encontraram sua forma mais acabada e drástica na biocracia racista do Terceiro Reich, exemplo histórico da inversão e decadência da biopolítica em tanatopolítica, pela qual, nos termos de Rudolph Hess, secretário de Hitler, “o nacional-socialismo nada mais é que biologia aplicada” (*apud* ESPOSITO,

2004, p. 117; 2010, p. 161); ou seja, não mais se tratando de questão de transposição metafórica, mas agora na própria realização política a partir de critérios biológicos: agir politicamente, seja para proteger a sociedade, seja para proteger os indivíduos dignos de cidadania, significa identificar os fatores negativos – assemelhados a agentes infecciosos – e sumariamente eliminá-los (ESPOSITO, 2004, p. 148; 2010, p. 197). Nesse sentido, a política racial nazista foi realmente uma desinfecção social (*Soziale Desinfektion*), como é patente neste discurso de Hitler (*apud* ESPOSITO, 2004, p. 123; 2010, p. 168):

A descoberta do vírus hebraico é uma das maiores revoluções deste mundo. A batalha em que estamos empenados hoje em dia é igual à que travaram no século passado Pasteur e Koch [...] Só readquiriremos a nossa saúde eliminando os judeus.

Há uma saída no fim do túnel? Dito de modo mais coerente: é possível pensar e repensar a biopolítica numa outra estrutura que não a imunitária, isto é, que evidencia a biopolítica como uma política que tem a vida por objeto e, por conseguinte também a morte, o que implica dizer que ela pode acabar numa tanatopolítica? É possível pensar outra modalidade de biopolítica que efetivamente neutralize os riscos de que a comunidade, sociedade moderna está sujeita, notadamente a de desenvolver uma compulsão desagregadora autoimune? Esta é a proposta de Esposito ao tentar pensar que, já desde seu núcleo semântico, a biopolítica tem que ser pensada não mais como uma política *sobre* a vida, que tem a vida como objeto de suas ações, mas se transforme numa política *da* vida, isto é, que seja a realização de toda a potência da vida em se produzir e constituir a si mesma. Uma nova forma de biopolítica que tenha como fim intensificar a vida como possibilidade de inovação de si (ESPOSITO, 2004, p. 172; 2010, p. 224; 2008, p. 147). Como uma biopolítica afirmativa se colocaria diante do cenário atual de objetivação da vida e do corpo, individual e coletivo, por expedientes médicos, sanitários, genéticos, biotécnicos, e como não dizer também eugênicos? Esposito concebe duas possibilidades: diante da indistinção do corpo, a multiplicidade da carne que nos toca a todos, diante da medicalização sobre vida que culmina no seu controle e politização normativa, e o reconhecimento da natalidade como quebra dessa politização de contornos potencialmente totalitários e possibilitadora de inovações inconcebíveis e imprevisíveis. Como as daquelas mulheres Tutsi,

grávidas pelos estupros, pelos seus agressores Hutu, que interrogadas pelos relatores da ONU em Ruanda em abril de 2004, declararam amar seus filhos de qualquer modo, produzindo um fenômeno biopolítico e imunitário paradoxal, que é a de uma nova geração de vida num sentido imprevisível aquando do estupro:

[...] que a extrema prática imunitária – aquela de afirmar a superioridade do próprio sangue com o fito de impô-lo a quem não o compartilha – é destinada a voltar-se contra si mesma produzindo exatamente isto que queria evitar. Os filhos hutu das mães tutsi, ou tutsi dos homens hutu, são o êxito objetivamente comunitário – vale dizer multiétnico – da mais violenta imunização racial. Então, deste lado, estamos diante de uma sorte de indizível, de um fenômeno de dupla face, no qual vida e política se ligam em um vínculo cuja interpretação requer uma nova linguagem conceitual. (ESPOSITO, 2004, p. XI; 2010, p. 22)

É neste registro, nesta incursão de repensar a biopolítica e o paradigma da imunização, que esclarece sua natureza enigmática, bem como toda sorte de medicalização da sociedade, que Esposito se esforça em trabalhar, fornecendo novos conceitos, uma nova linguagem para a filosofia política e assim explicitando a semântica inerente às práticas biopolíticas e imunitárias, ampliando seu horizonte hermenêutico e semântico (ESPOSITO, 2008, p. 148); o que, ao menos em parte, explica sua curiosa insistência com a semântica da biopolítica. Mera questão de *finesse* teórica, mero produto de um acadêmico da filosofia? Ou já outro modo de explicitar, também, a semântica da ação política? (ESPOSITO, 2004, p. 164; 2010, p. 215).

REFERÊNCIAS

BROSSAT, Alain. **La démocratie immunitaire**. Palis: La Dispute, 2003.

CAMPBELL, Timothy. Política, imunidade, vida: o pensamento de Roberto Esposito no debate filosófico contemporâneo. In: ESPOSITO, Roberto. **Termini della politica: comunità, immunità, biopolitica**. Milano: Mimesis Edizione, 2008. P. 9-61.

CANGUILHEM, Georges. **La connaissance de la vie**. Paris: Vrin, 1971.

CANGUILHEM, Georges. **Écrits sur la médecine**. Paris: Seuil, 2002.

CANGUILHEM, Georges. **Escritos sobre a medicina**. São Paulo: Forense Universitária, 2005.

ESPOSITO, Roberto. **Bios: biopolítica e filosofia**. Lisboa: Edições 70, 2010.

ESPOSITO, Roberto. **Bíos: biopolítica e filosofia**. Torino: Einaudi, 2004.

ESPOSITO, Roberto. **Communitas. Origen y destino de la comunidad**. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

ESPOSITO, Roberto. **Immunitas. Protección y negación de la vida**. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.

ESPOSITO, Roberto. **Termini della politica: comunità, immunità, biopolitica**. Milano: Mimesis Edizione, 2008.

Dossiê:
Recebido em: Setembro/2012
Aceito em: Outubro/2012